

O uso indiscriminado de plantas medicinais no Brasil, no tratamento de várias afecções e sua utilização durante a gravidez, tem se tornado uma preocupação constante em relação aos efeitos adversos que podem colocar em risco a saúde embrio-fetal. O presente trabalho tem por objetivo estimar a frequência do uso de plantas medicinais na gestação em mães de bebês portadores de defeitos congênitos comparando-as com as mães de bebês que não apresentam este tipo de malformação. Trata-se de um estudo caso-controle de base hospitalar e multicêntrico tendo como centros participantes os ECLAMCs dos hospitais de Porto Alegre - ISMPA, HCPA - e da cidade de Pelotas - Santa Casa de Misericórdia, Beneficência Portuguesa e Maternidade São Francisco de Paula. Serão considerados todos os medicamentos fitoterápicos, ansiolíticos e/ou antidepressivos de origem vegetal, bem como as plantas medicinais com ação abortiva. Até o presente momento, foram averiguados um total de 3179 nascimentos. Destes, 53 apresentaram algum tipo de defeito congênito maior. O uso de ansiolíticos/antidepressivos foi registrado em 23 (43,4%) mães de malformados e 21(39,6%) mães de crianças normais (OR: 1,17; IC: 0,50-2,72; p: 0,69). Tentativas de abortamento ocorreram em 28 (52,8%) mães de malformados e 21 (39,6%) mães de controles (OR: 1,71; IC: 0,74-3,97; p:0,17). Estes resultados ainda são preliminares, pois este estudo prevê a análise de, pelo menos, 700 malformados. Portanto, até o momento, ainda não há evidência conclusiva de risco teratogênico pelo uso de plantas medicinais e derivados nesta amostra. (PIBIC-CNPq/HCPA).